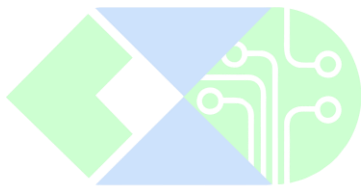


CADERNO DE QUESTÕES

CANDIDATO (A): _____

INSCRIÇÃO N.º: _____

PROCURADOR JURÍDICO



IGETEC

INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

INSTRUÇÕES:

VERIFIQUE SE ESTE CADERNO:

- Corresponde à sua opção de função.
- Contém 40 (trinta) questões, numeradas de 01 a 40, caso contrário reclame ao fiscal da sala outro caderno. NÃO serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
 - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- A alternativa escolhida deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- Procurar na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A.

ATENÇÃO:

- Marque as respostas com caneta esferográfica azul ou preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará nota zero à questão.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 (três) horas para responder a todas as questões e preencher a folha de respostas.
- Devolva esse caderno de prova ao aplicador, juntamente com a sua folha de respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO, EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA

LÍNGUA PORTUGUESA
QUESTÕES DE N.º 01 ATÉ 10

Darwin no Brasil: encanto com a Natureza e choque com a escravidão

Em 27 de dezembro de 1832, depois de ser deslocado duas ou três vezes por ventos contrários, o *HMS Beagle*, um brigue com 10 canhões sob o comando do capitão Fitz-Roy deixou a localidade de Davenport, no sudoeste da Inglaterra, para uma viagem de quatro anos e nove meses ao redor do mundo.

Um personagem, que a história tornaria o passageiro mais importante a bordo do *Beagle*, tinha pouco mais de 22 anos e havia sofrido alguns reveses profissionais antes de se envolver com a história natural. Charles Robert Darwin (Shrewsbury, 12 de fevereiro de 1809 – Downe, Kent, 19 de abril de 1882), cujo nome seria sinônimo de evolucionismo, ainda era um criacionista despreocupado, quando o Atlântico se abriu a sua frente para a viagem que reformularia não apenas suas convicções pessoais, mas mudaria profundamente toda a história da ciência.

Darwin fez uma parada no arquipélago de Cabo Verde, onde registrou minuciosamente suas observações e se impressionou com o arquipélago de São Pedro e São Paulo, antes de passar por Fernando de Noronha. Mas foi no Rio de Janeiro, especialmente por uma incursão de alguns dias pelo interior, que pôde sentir a diversidade de Natureza que deveria conhecer antes de, inteiramente contra a vontade, tornar-se um evolucionista.

Em “Viagens de um naturalista ao redor do mundo” (*Voyage of a naturalist round the world*), em que faz um detalhado registro de sua longa exploração, Darwin dedica menos de dez páginas a Salvador, na Bahia, aonde chegou em 29 de fevereiro de 1833, para uma estada curta, mas já fascinado pela exuberância da natureza tropical.

Em 4 de abril, o *Beagle* atracou no Rio de Janeiro e aí começaram as descobertas que, do ponto de vista natural, seduziram e encantaram o jovem naturalista, ainda que, do ponto de vista social, tenham

sido motivo de frustração, desencanto e, em alguns momentos, de completo horror. (...)

A incursão começou em 8 de abril, formada por uma equipe de sete pessoas. Darwin conta que, em meio a um calor intenso, o silêncio da mata é completo, quebrado apenas pelo voo preguiçoso de borboletas. A vista e as cores na passagem de Praia Grande (atual Niterói) absorvem toda a atenção de Darwin ao menos até o meio-dia, quando o grupo para, para almoçar em “Ithacaia”, aldeia cercada de choças ocupadas por negros escravos.

Com a lua cheia, que nasce cedo no céu, o grupo decide prosseguir viagem para dormir na Lagoa de Maricá e, no trajeto, passam por regiões escarpadas, entre elas uma meseta em torno de onde escravos formaram quilombos, a que Darwin se refere genericamente como refúgio. Aí, reproduz um relato que diz ter ouvido de alguém. Um grupo de soldados teria sido enviado para recuperar esses fugitivos e todos se renderam, à exceção de uma mulher, já velha, que se atira contra as rochas. Então, ele faz uma das observações que revelam sua profunda repulsa à escravidão que tem diante dos olhos: “Praticado por uma matrona romana esse ato seria interpretado e difundido como amor à liberdade, mas da parte de uma pobre negra, limitaram-se a dizer que não passou de um gesto bruto.”

CAPAZZOLI, Ulisses. *Scientific American Brasil*. Fev. 2009, nº 81, ano 7. Edição Especial. (Adaptado)

01. Em relação aos seus constituintes internos, pode-se afirmar que o texto lido apresenta, eminentemente, características tipológicas:

- a) Narrativas.
- b) Injuntivas.
- c) Descritivas.
- d) Poéticas.
- e) Metadiscursivas.

02. Nos excertos abaixo retirados do texto, foram destacados pronomes relativos em todas as opções, com **EXCEÇÃO** da alternativa:

- a) “(...) **cujo** nome seria sinônimo de evolucionismo, ainda era um criacionista despreocupado, (...)” (2º parágrafo).
- b) “Mas foi no Rio de Janeiro, especialmente por uma incursão de alguns dias pelo interior, **que** pôde sentir a diversidade de Natureza (...)” (3º parágrafo).
- c) “(...) em **que** faz um detalhado registro de sua longa exploração, (...)” (4º parágrafo).
- d) “(...) Darwin dedica menos de dez páginas a Salvador, na Bahia, **aonde** chegou em 29 de fevereiro de 1833, (...)” (4º parágrafo).
- e) “Em 4 de abril, o *Beagle* atracou no Rio de Janeiro e aí começaram as descobertas **que**, do ponto de vista natural, (...)” (5º parágrafo).

03. Analise o emprego das vírgulas nos fragmentos abaixo e assinale a alternativa em que se identifica um uso facultativo delas, ou seja, poder-se-ia eliminar tal uso, mantendo-se a correção gramatical e o valor semântico pretendidos em cada passagem:

- a) “(...) para uma estada curta, mas já fascinado pela exuberância da natureza tropical.” (4º parágrafo).
- b) “(...) Darwin conta que, em meio a um calor intenso, o silêncio da mata é completo (...)” (6º parágrafo).
- c) “(...) para almoçar em “Ithacaia”, aldeia cercada de choças ocupadas por negros escravos.” (6º parágrafo).
- d) “Aí, reproduz um relato que diz ter ouvido de alguém.” (7º parágrafo).
- e) “Com a lua cheia, que nasce cedo no céu, o grupo decide prosseguir viagem (...)” (7º parágrafo).

04. Nesta passagem “(...) *tinha pouco mais de 22 anos e havia sofrido alguns reveses profissionais antes de se envolver com a história natural.*” (2º parágrafo), quando o enunciador afirma que “*havia sofrido alguns reveses*”, em relação ao vocábulo destacado, quer dizer que ele tinha passado por:

- a) Conquistas.
- b) Procrastinações.
- c) Vicissitudes.
- d) Imperiosidades.
- e) Resignações.

05. A relação semântica estabelecida entre as orações marcada pelo conectivo destacado no período “(...) *quando o Atlântico se abriu a sua frente para a viagem que reformularia não apenas suas convicções pessoais, mas mudaria profundamente toda a história da ciência.*” (2º parágrafo) está corretamente apontada em:

- a) Condição.
- b) Oposição.
- c) Adição.
- d) Causa.
- e) Concessão.

06. Tendo em vista as variantes linguísticas, pode-se afirmar que sobressai, no texto de Ulisses Capazzoli, o emprego da linguagem:

- a) Formal.
- b) Literária.
- c) Coloquial.
- d) Regional.
- e) Diatópica.

07. Quanto aos aspectos de colocação pronominal, o pronome destacado no excerto “(...) *quando o Atlântico se abriu a sua frente* (...)” apresenta uso:

- a) Informal.
- b) Obrigatório.
- c) Estilístico.
- d) Facultativo.
- e) Inadequado.

08. O título do texto fica melhor explicado no parágrafo:

- a) 2º.
- b) 3º.
- c) 5º.
- d) 6º.
- e) 7º.

09. A justificativa para o emprego do sinal indicativo de crase no fragmento “(...) *ele faz uma das observações que revelam sua profunda repulsa à escravidão que tem diante dos olhos: (...)*” encontra-se corretamente apresentada em:

- a) O uso está correto, pois se trata da regra geral, diante de palavra feminina, de acordo com as exigências da regência verbal.
- b) O uso está correto, pois se trata da regra geral, diante de palavra feminina, de acordo com as exigências da regência nominal.
- c) O uso está correto, pois se trata da regra referente à locução adverbial, diante de palavra feminina, de acordo com as exigências gramaticais.
- d) O uso está correto, pois se trata da regra referente à locução prepositiva, diante de palavra feminina, de acordo com as exigências gramaticais.
- e) O uso está correto, pois se trata da regra referente ao emprego facultativo, diante de palavra feminina, podendo haver o sinal ou não, de acordo com as normas gramaticais.
10. Uma passagem do texto que apresenta sentido conotativo está corretamente apontada na alternativa:
- a) “Em 27 de dezembro de 1832, depois de ser deslocado duas ou três vezes por ventos contrários, (...)” (1º parágrafo).
- b) “Darwin fez uma parada no arquipélago de Cabo Verde, onde registrou minuciosamente suas observações (...)” (3º parágrafo).
- c) “Em “Viagens de um naturalista ao redor do mundo” (*Voyage of a naturalist round the world*), em que faz um detalhado registro de sua longa exploração, Darwin dedica menos de dez páginas a Salvador, (...)” (4º parágrafo).
- d) “A incursão começou em 8 de abril, formada por uma equipe de sete pessoas.” (6º parágrafo).
- e) “Com a lua cheia, que nasce cedo no céu, o grupo decide prosseguir viagem (...)” (7º parágrafo).
- d) Painel de Controle
- e) Gerenciador de Tarefas
12. Imagine que você está organizando um documento no MS Word 2016 ou superior. Você precisa dividir o texto em diferentes seções, com títulos próprios e a possibilidade de inserir legendas e índices automaticamente para cada seção. Qual recurso você deveria utilizar para alcançar este objetivo de maneira eficaz?
- a) Quebras de página e de seção
- b) Formatação condicional
- c) Criação de tabelas
- d) Estilos e formatação
- e) Campos predefinidos
13. No Excel 2016 ou superior, qual função permite a análise de grandes volumes de dados, proporcionando a criação de resumos dinâmicos que podem ser reorganizados conforme a necessidade do usuário?
- a) Classificação de dados
- b) Funções condicionais
- c) Tabelas dinâmicas
- d) Tabelas e gráficos
- e) Campos predefinidos
14. Considere que você está preparando uma apresentação em Power Point 2016 ou superior para uma conferência. Você quer garantir que cada slide contenha notas adicionais para o apresentador, que não são visíveis para o público, mas que podem ser acessadas facilmente durante a apresentação. Qual recurso do Power Point permite adicionar essas anotações de forma eficiente?
- a) Cabeçalhos e rodapés
- b) Notas do apresentador
- c) Régua e guias
- d) Botões de ação
- e) Transição de slides

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

QUESTÕES DE N.º 11 ATÉ 20

11. No sistema operacional Windows 10 ou superior, qual função permite a organização de arquivos em grupos que compartilham características comuns?
- a) Pastas
- b) Pesquisa Avançada
- c) Blocos Dinâmicos

15. Qual termo é usado para descrever um endereço de página da internet que é usado para acessar websites?

- a) Protocolo
- b) Servidor
- c) URL
- d) FTP
- e) Gateway

16. Numa empresa, você é responsável por criar um relatório mensal no Excel que precisa incluir dados de vendas, custos e lucros. Os dados já estão organizados e estruturados de forma eficiente no formato csv. O relatório deve ser atualizado automaticamente conforme novos dados são inseridos. Qual recurso do Excel 2016 ou superior é o primeiro passo para automatizar esta tarefa?

- a) Inserção de objetos
- b) Funções
- c) Macros
- d) Obtenção de dados externos
- e) Campos predefinidos

17. A qual grupo pertence o recurso do MS Word 2016 ou superior que permite a inserção automática de números de página em um documento que está sendo preparado para impressão?

- a) Índices
- b) Controle de quebras
- c) Caixas de texto
- d) Cabeçalhos e rodapés
- e) Legendas

18. Você está preparando uma apresentação em Power Point para um novo projeto e deseja que cada slide mostre um pequeno resumo ao final. Qual recurso permite a inserção deste tipo de conteúdo em todos os slides automaticamente?

- a) Anotações
- b) Botões de ação
- c) Cabeçalhos e rodapés
- d) Régua e guias
- e) Transição de slides

19. No sistema Windows, qual ferramenta é utilizada para copiar ou mover arquivos e pastas de uma localização para outra?

- a) Área de transferência
- b) Painel de controle
- c) Área de trabalho
- d) Blocos Dinâmicos
- e) Gerenciador de Tarefas

20. Em um escritório, você precisa enviar um relatório via correio eletrônico para vários departamentos. O relatório inclui dados confidenciais. Qual a melhor prática para garantir que os dados confidenciais sejam enviados de forma segura?

- a) Anexar o arquivo sem proteção
- b) Comprimir o arquivo com senha
- c) Enviar o link do arquivo armazenado na nuvem
- d) Enviar o arquivo em formato de imagem
- e) Incluir o relatório no corpo do email

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS QUESTÕES DE N.º 21 ATÉ 40

21. Qual é a justificativa principal por trás da tripartição dos poderes em um sistema democrático?

- a) Para garantir a divisão de responsabilidades entre diferentes instituições governamentais.
- b) Para promover a competição saudável entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- c) Para evitar a concentração de poder nas mãos de um único indivíduo ou grupo.
- d) Para facilitar a implementação de políticas públicas de forma eficiente.
- e) Para assegurar a supremacia do poder Executivo sobre os outros poderes.

22. Qual das seguintes afirmativas descreve corretamente o conceito de Lei, as fases do processo legislativo, as espécies normativas e o processo orçamentário?

- a) A Lei é um ato normativo elaborado exclusivamente pelo Poder Executivo, passando pelas fases de iniciativa, discussão, votação e sanção,

e compreende apenas a Lei Complementar e a Lei Ordinária.

b) A Lei é um ato normativo que pode ser proposto tanto pelo Poder Legislativo quanto pelo Poder Executivo, passando pelas fases de iniciativa, discussão, votação e sanção, e compreende a Lei Complementar, a Lei Ordinária e a Lei Delegada.

c) A Lei é um ato normativo exclusivamente elaborado pelo Poder Judiciário, passando pelas fases de promulgação e publicação, e compreende apenas a Lei Ordinária.

d) A Lei é um ato normativo que pode ser proposto tanto pelo Poder Legislativo quanto pelo Poder Executivo, passando pelas fases de iniciativa, discussão, votação e promulgação, e compreende a Lei Complementar, a Lei Ordinária e a Medida Provisória.

e) A Lei é um ato normativo exclusivamente elaborado pelo Poder Executivo, passando pelas fases de discussão, votação e sanção, e compreende apenas a Lei Ordinária.

23. Qual das seguintes afirmativas descreve corretamente o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)?

a) O RPPS é um sistema de previdência complementar oferecido por instituições financeiras privadas aos servidores públicos, semelhante ao regime de previdência privada.

b) O RPPS é um sistema previdenciário obrigatório para todos os trabalhadores do setor privado, gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

c) O RPPS é um regime previdenciário especial destinado exclusivamente aos servidores públicos estatutários, gerido por entidades públicas ou autarquias locais.

d) O RPPS é um fundo de investimento privado oferecido pelo governo federal aos cidadãos, visando garantir uma renda complementar na aposentadoria.

e) O RPPS é um sistema previdenciário internacional, adotado por diversos países, que permite a livre circulação de benefícios entre diferentes nações.

24. O que é o Abono Permanência no serviço público?

a) Um benefício concedido aos servidores públicos que se ausentam do trabalho de forma permanente por motivos de saúde.

b) Uma gratificação oferecida aos servidores públicos que completam um determinado tempo de serviço e optam por continuar trabalhando mesmo tendo direito à aposentadoria.

c) Uma bonificação concedida aos servidores públicos que se destacam em suas funções e recebem reconhecimento por parte do governo.

d) Um subsídio concedido aos servidores públicos para auxiliar no custeio de despesas relacionadas à capacitação e atualização profissional.

e) Uma vantagem oferecida aos servidores públicos que trabalham em condições insalubres ou perigosas, garantindo-lhes um adicional no salário.

25. Qual das seguintes opções descreve corretamente a diferença entre nulidade, prescrição e decadência no âmbito do Direito?

a) Nulidade refere-se à perda do direito de exercer uma ação judicial devido à inércia da parte interessada, enquanto prescrição é a extinção do direito devido à inobservância de prazos legais.

b) Nulidade é a perda do direito de uma das partes em virtude de um ato ilícito praticado durante o processo judicial, enquanto prescrição é a impossibilidade de exercer um direito após um período de tempo determinado por lei.

c) Nulidade ocorre quando um ato jurídico é praticado em desacordo com as normas legais, tornando-o inválido desde sua origem, enquanto prescrição é a perda do direito de ação devido ao decurso de um prazo.

d) Nulidade é a perda do direito de exercer uma ação judicial devido ao decurso do tempo, enquanto decadência é a extinção do direito devido a vícios no processo judicial.

e) Nulidade refere-se à impossibilidade de exercer um direito devido ao decurso do tempo, enquanto

prescrição é a anulação de um ato jurídico devido a irregularidades formais.

26. Quais são as modalidades da dação em pagamento?

- a) Dação em pagamento plena e dação em pagamento parcial.
- b) Dação em pagamento unilateral e dação em pagamento bilateral.
- c) Dação em pagamento direta e dação em pagamento indireta.
- d) Dação em pagamento real e dação em pagamento fictícia.
- e) Dação em pagamento voluntária e dação em pagamento coercitiva.

27. Qual é a principal diferença entre atos administrativos nulos e anuláveis?

- a) Atos administrativos nulos são aqueles que apresentam vícios de legalidade insanáveis, sendo inválidos desde sua origem, enquanto atos anuláveis são passíveis de correção e validação pelo órgão competente.
- b) Atos administrativos nulos são aqueles que podem ser revogados a qualquer momento pelo órgão competente, enquanto atos anuláveis são irrevogáveis após sua efetivação.
- c) Atos administrativos nulos são aqueles que podem ser ratificados posteriormente pelo órgão competente, enquanto atos anuláveis não podem ser ratificados.
- d) Atos administrativos nulos são aqueles que, mesmo contendo vícios de legalidade, podem produzir efeitos válidos após sanados os vícios, enquanto atos anuláveis são sempre inválidos e não podem ser convalidados.
- e) Atos administrativos nulos são aqueles que, por decisão judicial, podem ser convertidos em atos anuláveis, enquanto atos anuláveis não podem ser convertidos em atos nulos.

28. O que é o devido processo legal?

a) O devido processo legal refere-se ao direito das partes envolvidas em um processo judicial de escolherem o juiz responsável pelo caso, garantindo assim imparcialidade na decisão.

b) O devido processo legal é o princípio que assegura que nenhum cidadão pode ser privado de seus direitos fundamentais, como vida, liberdade ou propriedade, sem o devido processo legal, que inclui notificação, oportunidade de ser ouvido e decisão imparcial.

c) O devido processo legal é o princípio que confere aos advogados o direito de representar seus clientes em qualquer instância judicial, sem restrições de tempo ou lugar.

d) O devido processo legal é o direito de todas as partes envolvidas em um processo judicial de apresentar evidências e argumentos em sua defesa, garantindo assim um julgamento justo.

e) O devido processo legal é o princípio que determina que todas as decisões judiciais devem ser tomadas com base na interpretação pessoal do juiz, sem a necessidade de fundamentação ou justificação.

29. Por que os bens públicos são considerados impenhoráveis?

a) Os bens públicos são impenhoráveis porque pertencem ao Estado e são destinados ao atendimento das necessidades coletivas da sociedade, não podendo ser objeto de penhora para pagamento de dívidas particulares.

b) Os bens públicos são impenhoráveis apenas quando são utilizados para serviços essenciais, como hospitais e escolas, enquanto os demais bens públicos podem ser penhorados para quitação de dívidas.

c) Os bens públicos são impenhoráveis apenas quando estão sob a guarda de entidades governamentais federais, enquanto os bens de entidades estaduais e municipais podem ser penhorados.

d) Os bens públicos são impenhoráveis apenas quando são utilizados para fins culturais e de preservação ambiental, sendo os demais passíveis de penhora.

e) Os bens públicos são impenhoráveis apenas quando são utilizados para fins de segurança nacional e defesa do Estado, enquanto os demais podem ser penhorados para pagamento de dívidas particulares.

30. Qual das seguintes afirmações descreve corretamente a desapropriação por utilidade pública?

a) A desapropriação por utilidade pública ocorre apenas quando o proprietário do imóvel concorda voluntariamente em ceder sua propriedade ao poder público para a realização de obras de interesse coletivo.

b) A desapropriação por utilidade pública é uma medida excepcional, aplicada somente em casos de obras de infraestrutura de grande porte, como construção de estradas e pontes.

c) A desapropriação por utilidade pública pode ocorrer sem o consentimento do proprietário, desde que seja decretada por autoridade competente e indenizado o valor justo pelo imóvel.

d) A desapropriação por utilidade pública só pode ser realizada mediante o pagamento integral do valor de mercado do imóvel ao proprietário, sem a possibilidade de negociação.

e) A desapropriação por utilidade pública é uma medida que se aplica apenas a imóveis urbanos, não sendo válida para áreas rurais.

31. Qual é a principal diferença entre poder regulamentar e poder de polícia?

a) O poder regulamentar é exercido pelo Poder Judiciário para criar regras e normas complementares às leis, enquanto o poder de polícia é exercido pelo Poder Executivo para fiscalizar e garantir o cumprimento das leis.

b) O poder regulamentar é atribuído ao Poder Legislativo para criar leis específicas sobre determinados assuntos, enquanto o poder de polícia é atribuído ao Poder Executivo para aplicar e executar as leis existentes.

c) O poder regulamentar é uma prerrogativa exclusiva do chefe do Poder Executivo para editar decretos e regulamentos visando detalhar e

complementar as leis já existentes, enquanto o poder de polícia é uma função administrativa do Estado para ordenar, controlar e fiscalizar as atividades individuais em prol do bem comum.

d) O poder regulamentar é um atributo do Poder Judiciário para interpretar as leis e aplicá-las em casos concretos, enquanto o poder de polícia é exercido pelo Poder Executivo para garantir a segurança pública e combater crimes.

e) O poder regulamentar é uma competência do Poder Legislativo para elaborar e promulgar leis gerais e abstratas, enquanto o poder de polícia é uma prerrogativa do Poder Executivo para editar decretos e regulamentos específicos.

32. Qual das seguintes afirmativas descreve corretamente a responsabilidade civil e penal do servidor público?

a) A responsabilidade civil do servidor público é sempre subjetiva, requerendo a comprovação de culpa ou dolo na prática do ato ilícito, enquanto a responsabilidade penal é objetiva, não exigindo a comprovação de culpa.

b) A responsabilidade civil do servidor público é objetiva, independente da comprovação de culpa ou dolo na prática do ato ilícito, enquanto a responsabilidade penal é subjetiva, requerendo a demonstração de culpa ou dolo.

c) A responsabilidade civil do servidor público é exclusivamente subjetiva, baseada na comprovação de culpa ou dolo na prática do ato ilícito, enquanto a responsabilidade penal é exclusivamente objetiva, não exigindo a comprovação de culpa.

d) A responsabilidade civil e penal do servidor público são sempre objetivas, não requerendo a comprovação de culpa ou dolo na prática do ato ilícito.

e) A responsabilidade civil e penal do servidor público são sempre subjetivas, requerendo a comprovação de culpa ou dolo na prática do ato ilícito.

- 33.** Qual das seguintes afirmações descreve corretamente a Improbidade Administrativa?
- a) A Improbidade Administrativa refere-se exclusivamente a condutas ilícitas praticadas por servidores públicos no exercício de suas funções, sem qualquer relação com o prejuízo ao erário público.
 - b) A Improbidade Administrativa abrange apenas atos de corrupção praticados por agentes públicos, excluindo outras condutas lesivas à administração pública.
 - c) A Improbidade Administrativa é caracterizada pela prática de atos que atentam contra os princípios da administração pública, como a legalidade, moralidade e eficiência, podendo resultar em sanções civis, administrativas e penais.
 - d) A Improbidade Administrativa só pode ser caracterizada quando há enriquecimento ilícito por parte do agente público envolvido, não abrangendo outras formas de violação aos princípios da administração pública.
 - e) A Improbidade Administrativa é um conceito restrito a atos dolosos, excluindo condutas negligentes ou omissivas por parte dos agentes públicos.
- 34.** Qual das seguintes condutas constitui um crime contra as finanças públicas?
- a) Furto de um objeto em uma repartição pública.
 - b) Sonegação de impostos por parte de um contribuinte.
 - c) Desacato a um servidor público durante o expediente.
 - d) Vandalismo em um prédio público.
 - e) Fraude em licitação para favorecer uma empresa privada.
- 35.** Qual é a finalidade da suspensão de segurança, de liminar e de antecipação de tutela?
- a) Garantir que a decisão judicial permaneça em vigor enquanto o processo estiver em andamento, evitando prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação.
 - b) Revogar imediatamente uma decisão judicial concedida liminarmente, mesmo que ainda não tenha sido analisada em sua totalidade pelo tribunal competente.
 - c) Suspendendo temporariamente o processo judicial, permitindo que as partes envolvidas cheguem a um acordo extrajudicial.
 - d) Acelerar o trâmite processual, permitindo que a parte autora obtenha os efeitos práticos da decisão judicial antes mesmo do encerramento do processo.
 - e) Impedir que uma decisão judicial contrária aos interesses da administração pública entre em vigor, enquanto se aguarda o julgamento definitivo da matéria pelo tribunal competente.
- 36.** Qual é o objetivo da remessa necessária no âmbito do Direito Processual Civil?
- a) Permitir que as partes apresentem novas provas ou argumentos após a prolação da sentença, caso discordem do resultado.
 - b) Garantir que todas as decisões proferidas contra a Fazenda Pública sejam submetidas obrigatoriamente à revisão de um tribunal superior.
 - c) Estabelecer um prazo para que as partes apresentem recursos contra a decisão judicial, evitando assim a preclusão.
 - d) Determinar que determinados tipos de processos sejam remetidos diretamente para uma instância superior, sem a necessidade de análise pelo juízo de primeira instância.
 - e) Definir que as sentenças proferidas em determinadas matérias sejam automaticamente submetidas ao reexame de um tribunal superior, independentemente do interesse das partes.
- 37.** Qual dos seguintes recursos é utilizado para impugnar decisões proferidas pelos Tribunais de Justiça Estaduais ou Tribunais Regionais Federais?
- a) Recurso Especial.
 - b) Recurso Extraordinário.
 - c) Agravo Interno.
 - d) Agravo de Instrumento.
 - e) Embargos de Declaração.

38. Qual é o principal objetivo da Ação Civil Pública?

- a) Garantir a reparação de danos individuais causados por atos ilícitos praticados por agentes públicos.
- b) Promover a responsabilização criminal de pessoas físicas ou jurídicas que tenham cometido crimes contra o patrimônio público.
- c) Defender interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, buscando a proteção de direitos e interesses da sociedade.
- d) Regularizar questões de direito de família, como divórcios, pensões alimentícias e guarda de menores.
- e) Propor ações judiciais contra entidades privadas visando à obtenção de indenizações por danos materiais ou morais.

a) Prioridade na contratação, mesmo que não apresentem a proposta mais vantajosa em termos econômicos.

b) Isenção total de taxas e emolumentos relacionados à participação nos processos licitatórios.

c) Dispensa da apresentação de garantias financeiras ou fianças bancárias para participação nas licitações.

d) Facilidades para parcelamento do pagamento dos tributos incidentes sobre a prestação dos serviços ou fornecimento de bens contratados.

e) Preferência no desempate de propostas, garantindo que a ME ou EPP seja escolhida em caso de empate com empresas de maior porte.

39. Qual é a principal característica do Mandado de Segurança Coletivo?

a) Pode ser impetrado apenas por pessoas físicas que se sintam prejudicadas por ato ilegal ou abusivo de autoridade.

b) Destina-se exclusivamente à proteção de direitos individuais, não sendo aplicável a situações que envolvam interesses coletivos ou difusos.

c) É utilizado para proteger direitos líquidos e certos de um grupo, categoria ou classe de pessoas, seja ela de caráter público ou privado.

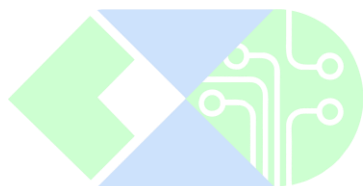
d) Pode ser impetrado por qualquer cidadão, independentemente de sua relação com a matéria discutida, desde que comprove interesse legítimo na causa.

e) Não permite a concessão de liminar para suspender imediatamente os efeitos do ato questionado, devendo aguardar o julgamento definitivo do mérito.

40. Qual é uma das principais vantagens conferidas às micro e pequenas empresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) no tratamento diferenciado em certames licitatórios, conforme previsto na legislação brasileira?

ANOTAÇÃO DE GABARITOS:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40



IGETEC

INSIIIIUTO BRASILEIRO DE GESTAO, EDUCACÃO E TECNOLOGIA LTDA